



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0016442-41.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Embargos de Terceiro - Veículos**  
 Embargante: **Romeu de Jesus Uliana**  
 Embargado: **Sergio Antonio Petrilli e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Aos 28 de outubro de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1663/13

**VISTOS.**

**ROMEU DE JESUS ULIANA** propôs os presentes **EMBARGOS DE TERCEIRO** em face de **SÉRGIO ANTONIO PETRILI** e **COOPERATIVA DOS EX-FUNCIONÁRIOS DA CBT** (incluída no polo passivo em virtude do despacho de fls. 49).

Alega o embargante, em suma, que é proprietário e possuidor do veículo **HONDA/CIVIC EXC**, placa **DTZ 1816**, que acabou sendo bloqueado por ordem judicial emitida na execução nº 1913/1995, desta Vara. Afirma que adquiriu o veículo em agosto de 2011 e o bloqueio ocorreu apenas em agosto de 2013. É assim, comprador de boa-fé. Requeru, por fim, o levantamento definitivo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da constrição.

A inicial veio instruída com documentos.

Deferido o pedido liminar quanto à autorização do licenciamento do veículo (fls. 33).

Devidamente citado, o embargado, SÉRGIO ANTONIO PETRILI, não apresentou defesa (cf. fls. 47).

Devidamente citada, a massa falida da empresa COOPERATIVA DOS EX-FUNCIONÁRIOS DA CBT apresentou contestação a fls. 68/70 alegando que o coembargado, Sérgio, mesmo sendo sócio da CBT não se preocupou em verificar a possibilidade de o veículo ser arrecadado para pagamento das dívidas. Alegando que o sócio responde solidariamente pela integralização do capital, pediu a improcedência da ação.

Manifestação do MP às fls. 78/80.

As partes foram instadas a produzir provas. O embargante pleiteou o julgamento antecipado da lide e os requeridos não se manifestaram (cf. fls. 83/84 e 85).

**É o RELATÓRIO.**

**DECIDO**, antecipadamente, por entender completa a cognição.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil, já que as partes não pretendem a produção


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de outras provas.

O documento carreado a fls. 09 indica que o veículo referido na inicial foi adquirido pelo embargante em **02/04/2013**, depois, portanto, de os efeitos da quebra da empresa CBT terem se estendido aos sócios (Márcio Pereira Lopes, Antonio Marco Rodrigues e Sérgio Antonio Petrilli), o que ocorreu em abril de 2012 (cf. decisão por cópia a fls. 53B/56B).

De qualquer forma, não era exigível do embargante, na corriqueira atividade de comprar um veículo, a pesquisa/busca no Cartório distribuidor desta Comarca, em que reside o antigo proprietário, da existência de ações; ademais nem essa cautela lhe daria plena segurança, na medida em que em outros foros poderia haver o curso de processos, também com efeito de onerar o bem.

Referida pesquisa não configura praxe em negócios de tal natureza; o que **o comprador se preocupa em buscar é o órgão de trânsito e os sistemas informatizados** sobre multas e impostos pendentes (e essa averiguação foi operacionada sem qualquer apontamento, uma vez que o **bloqueio judicial foi incluído no sistema apenas em 02/08/2013** – a respeito confira-se fls. 59B), ou seja, quando da venda nada constava!!!!.

Resta claro, assim, que o embargante é terceiro de boa-fé, já que adquiriu o bem sem conhecimento do vício que o maculava. Aliás, essa “boa fé” não foi colocada em dúvida na petição da Cooperativa.

Em casos como o analisado a boa-fé se presume cabendo a parte contrária, mais especificamente o exequente/embargado, derrubar tal presunção.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

E, no caso tal prova não foi produzida.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE TERCEIRO. COMPRA E VENDA. VEÍCULO. ADQUIRENTE DE BOA-FÉ. CERTIFICADO SEM RESTRIÇÃO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. É considerado terceiro de boa-fé, para fins de embargos de terceiro, o adquirente de veículo automotor, cujo certificado não contém qualquer restrição. (2º TACivSP – Apel c/ Rev. nº 638.559 – Franca – Rel. Juiz Artur Marques – J. 26/08/2002 – **grifei**).

EMBARGOS DE TERCEIRO - Busca e apreensão - Veículo - Alienação que não foi anotada no certificado da repartição de trânsito, preserva-se a boa-fé do adquirente, mantendo-se o acolhimento de seus embargos de terceiro - Recurso improvido.(TJSP - Ap. Cível nº 1.019.142-0/5 - Santa Cruz do Rio Pardo - 28ª Câmara de Direito Privado - Relator Celso Pimentel - J. 12.06.07 - v.u. Voto nº 12.651).

Assim, só resta ao Juízo acompanhando a lúcida posição da Promotoria de Justiça, acolher a postulação trazida nos presentes embargos.

**ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS**, para o fim de determinar o desbloqueio do veículo em questão (HONDA/CIVIC EXS, placa DTZ1816).

Após o trânsito em julgado, proceda-se o desbloqueio pelo sistema RENAJUD.

Sucumbente, arcarão os requeridos com as custas e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Traslade-se cópia dessa decisão e da certidão de trânsito para os autos da falência nº 1913/95.

P.R.I.

São Carlos,

**MILTON COUTINHO GORDO**

Juiz de Direito

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**